



## Invisibilidade e opressões vividas por universitários com deficiência na educação superior

### Invisibility and oppression experienced by university students with disabilities in higher education

Recebido: 18/02/2023 | Aceito: 06/05/2023 | Publicado: 08/05/2023

#### Rosiane Oliveira de Amorim<sup>1</sup>


 <https://orcid.org/0000-0002-5928-9430>


 <http://lattes.cnpq.br/4556314425412914>

Universidade Federal de Alagoas, UFAL, AL, Brasil

E-mail: [rosianneamorim@gmail.com](mailto:rosianneamorim@gmail.com)

#### Neiza de Lourdes Frederico Fumes<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-1913-4784>

 <http://lattes.cnpq.br/8834824295660511>

Universidade Federal de Alagoas, UFAL, AL, Brasil

E-mail: [neiza.fumes@iefe.ufal.br](mailto:neiza.fumes@iefe.ufal.br)

### Resumo

O objetivo basilar deste artigo é apreender as significações dos universitários com deficiência acerca do processo de inclusão/exclusão na educação superior. Para alcançá-lo, buscamos apoio nos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica, que fundamentada no Materialismo Histórico e Dialético, nos orientam a compreender o humano como um sujeito ativo que se constitui na relação com o mundo material e social. Os dados foram produzidos durante treze encontros com um grupo de dez universitários com deficiência matriculados em uma universidade pública do nordeste brasileiro. Para as análises dos dados, utilizamos os Núcleos de Significação. Os resultados demonstram que os universitários com deficiência vivenciam situações de invisibilidade, exclusão e silenciamento, as quais interferem na sua permanência na educação superior.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Inclusão. Universitário com deficiência. Exclusão.

### Abstract

*The basic objective of this article is to apprehend the meanings of university students with disabilities regarding the process of inclusion/exclusion in higher education. To achieve this, we seek support from the assumptions of Socio-Historical Psychology, which, based on Historical and Dialectical Materialism, guide us to understand the human as an active subject that is constituted in the relationship with the material and*

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela UFAL. Possui graduação em Educação Física Licenciatura, é professora de Educação Física da rede Estadual de Alagoas. Membro do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade

<sup>2</sup> Doutora em Ciência do Desporto e Educação Física. Professora titular da UFAL. Docente permanente do PPGE do Centro de Educação da UFAL. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade.

*social world. Data were produced during thirteen meetings with a group of ten university students with disabilities enrolled in a public university in northeastern Brazil. For the analyses, we used the Meaning Cores. The results show that university students with disabilities experience situations of invisibility, exclusion and silencing, aspects that interfere with their permanence in higher education.*

**Keywords:** Higher education. Inclusion. University student with a disability. Exclusion.

## 1. Introdução

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de Mestrado, cujo objetivo geral tem sido compreender o processo de inclusão/exclusão de universitários com deficiência na educação superior. É uma pesquisa que tem no seu âmago o compromisso ético-político com a transformação e a justiça social, por meio de uma construção colaborativa.

A rigor, espera-se com este artigo contribuir com reflexões críticas sobre a inclusão/exclusão de universitários com deficiência na educação superior. Por isso, nos interessa destacar que as pessoas com deficiência estiveram/estão excluídas do convívio social e dos ambientes escolares por muito tempo. O fato é que, apesar da conquista de uma vasta legislação que garante direitos às pessoas com deficiência, o acesso e permanência nos diversos espaços ainda não é realidade. Isso ocorre pela falta efetividade das leis e, sob um olhar sócio-histórico, perspectiva adotada nesta pesquisa, podemos dizer que se somam implicações sociais, históricas e culturais que determinam onde uma pessoa com deficiência pode/deve estar.

Desse modo, propomos uma discussão sem perder de vista, que na estrutura social contemporânea, o modo de produção capitalista de dominação e valores ideológicos hegemônicos mantém a exclusão, o capacitismo e a invisibilidade dos sujeitos que, por inúmeras razões, são considerados passíveis de apropriação e violência (BECHE; MENDES, 2021).

Em vista disso, optamos por grafar inclusão/exclusão para designar que, na estrutura social que estamos inseridos, a inclusão e a exclusão ainda não estão dissociadas e recordando o que nos alerta Sawaia (2001, p. 08): “a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”, no qual “a proposição de incluir não traz uma proposta de emancipação, mas, sim, de acomodação, de manutenção da ordem vigente” (CAIADO, 2017, p. 7).

Assim, partimos do entendimento que as opressões sociais são ocasionadas por distintas intersecções que são impostas às pessoas com deficiência e produzem marcas nas suas subjetividades. Para tanto, recorreremos as teóricas feministas para ampliar a nossa discussão, trazendo à tona o entendimento sobre interseccionalidade e deficiência, uma vez que para além da experiência da deficiência, existe uma convergência de variáveis de desigualdade como gênero, etnia, orientação sexual ou idade (LUIZ; SILVEIRA, 2020).

Nossa intenção, portanto, é produzir um modo de investigação que não seja alheio aos limites engendrados nas relações sociopolíticas e históricas que constituem a realidade estudada. Além disso, é preciso considerar que o percurso histórico de conquistas e avanços no campo da educação inclusiva/especial não é linear, uma vez que é marcado por contradições e retrocessos, numa lógica em que a inclusão desafia as estruturas excludentes do próprio sistema educacional.

## 2. Metodologia

A perspectiva teórico-metodológica desta pesquisa é a Psicologia Sócio-Histórica (PSH) e o Materialismo Histórico e Dialético (MHD), que nos dá base para a superação da dicotomia indivíduo-sociedade, das visões abstratas e naturalizantes dos processos psicológicos e nos posiciona em direção a transformação social (BOCK; FURTADO, 2020).

Nessa perspectiva, compreender o fenômeno de investigação, na sua estrutura e dinâmica, implica envidar esforços (intelectivos e críticos) para ultrapassar as aparências cotidianas (pseudoconcreticidade) e buscar a essência na rica totalidade de múltiplas determinações. Num movimento dialético materialista, o intuito é a “explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (KOSIK, 2002, p. 39).

A investigação aconteceu em uma universidade pública federal, localizada no nordeste brasileiro que possui 91 cursos de graduação presencial, 11 cursos de graduação à distância e 48 cursos pós-graduação *Stricto Sensu*. De acordo com os dados divulgados pela própria universidade, em 2021.2 registrou-se 18.500 discentes matriculados em seus cursos. Vale ressaltar que não foi encontrado nos documentos e dados publicizados sobre o quantitativo geral de universitários com deficiência regularmente matriculados na instituição.

Quanto aos participantes, eram universitários com deficiência, regularmente matriculados na instituição.

Ao que se refere aos procedimentos adotados para a seleção de participantes, inicialmente, foi aplicado um questionário *online*, disponibilizado pelo Google Forms. 33 estudantes público-alvo da Educação Especial da instituição responderam; destes, selecionamos 10, considerando alguns critérios, tais como: a) universitários com deficiência que tiveram uma participação mais significativa e apresentaram um maior detalhamento das suas vivências no questionário aplicado anteriormente; b) estudantes com deficiência de cursos distintos; c) aspectos interseccionais, como diferentes etnias, gênero e deficiência. O intuito foi compor um grupo diverso.

Conforme preceitos éticos e garantindo anonimato, faremos uso de nomes fictícios. Optamos por nomes de pessoas com e sem deficiência que foram ativistas na luta contra as opressões. Salientamos que os nomes dos/as participantes são as únicas informações fictícias.

Quadro 1: Perfil dos participantes

Participantes	Perfil	Deficiência	Curso
Rosa	Mulher Cis, 44 anos, preta	visual-cega	Pedagogia
Helen	Mulher Cis, 52 anos, parda	visual - cego	Jornalismo
Angela	Não-binário, 34 anos, parda	visual- baixa-visão	Psicologia
Frida	Mulher Cis, 52 anos, pardo	física	Ciências Contábeis
Paulo	Homem Cis, 52 anos, pardo	visual - cego	Serviço Social
Boal	Homem Cis, 23 anos, preto	visual - cego	Letras-Português
Marighella	Homem Cis, 34 anos, pardo	visual - cego	Relações

			públicas
Ailton	Homem Cis, 38 anos, branco	visual -cego	História Licenciatura
Milton	Homem Trans, 21 anos, pardo	física	Arquitetura e urbanismo
Abdias	Homem Cis, 41 anos, pardo	Transtorno do Espectro Autista (TEA)	História licenciatura

Fonte: Elaboração das autoras, a partir das informações disponibilizadas pelos participantes.

Em síntese, a pesquisa contou com 10 participantes com faixa etária entre 21 e 52 anos de idade, sendo a maior parte entre 34 e 52 anos. O grupo é composto por estudantes em sua maioria com identificação étnico-racial parda/preta e apenas um participante se identificou como branco. Quanto à identificação de gênero, o estudo contou com: 1 pessoa trans, 1 não-binário e 8 cis. Quanto à deficiência autodeclarada: 2 pessoas com deficiência física, 1 com TEA e 7 com deficiência visual.

O percurso de produção de dados se deu no período de maio a setembro de 2022. Foram realizados 13 (treze) encontros em grupo de universitários com deficiência, sendo 10 (dez) no formato *online* e 3 (três) encontros presenciais.

É importante dizer que a produção de dados se deu no contexto da pandemia da Covid-19, e mesmo com o avanço da vacinação e retorno gradativo de atividades presenciais, foi levado em conta a preferência dos participantes para o formato dos encontros. Todos os participantes do grupo colocaram como preferência o formato *online*, uma vez que ainda não se sentiam seguros para encontros presenciais e a maior parte também apontou as dificuldades de deslocamento, devido à distância entre onde residem e a universidade.

Em vista disso, os encontros *online* foram realizados por meio da plataforma Google Meet, gravados em vídeo e som, mediante anuência dos participantes. Apesar de facilitar a interação simultânea, o uso dessa ferramenta nos fez enfrentar alguns desafios, tais como: interrupções externas (som de televisão ligada, conversas de familiares, sons de movimentações na rua, etc), velocidade da internet instável, o que fazia o participante perder alguns momentos das discussões ou ainda enfrentava o *delay*. Visto o contexto de vulnerabilidade econômica, alguns participantes apresentaram limitações de acesso à internet e aos equipamentos adequados - o celular foi o principal instrumento utilizado pela maioria dos participantes.

Utilizamos a sessão reflexiva como espaço para a produção de dados. De acordo com a proposta de Ibiapina (2008), a sessão reflexiva é o ambiente propício para pesquisa colaborativa uma vez que motiva a reflexão intencional. Nesse sentido, diferentes estratégias foram utilizadas para provocar uma discussão promotora de (novas) significações e impulsionar o grupo na direção de desenvolver uma atuação crítica e ativa para a mudança de realidade.

Como procedimento de análise e interpretação dos dados utilizamos os Núcleos de Significação (AGUIAR; OZELLA, 2006, AGUIAR; ARANHA; SOARES, 2021). Conforme a proposta dos autores, esse procedimento, coerente com os pressupostos teórico-metodológicos da PSH e do MHD, busca “apreender as mediações sociais constitutivas do sujeito [ou grupo], saindo assim da aparência, do imediato, e indo em busca do processo, do não dito, do sentido” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 225, *grifos nossos*). Assim, temos como unidade de análise utilizada a palavra

compreendida como significação, que remete à articulação de sentidos e significados, categorias centrais na obra de Vigotski (AGUIAR; ARANHA; SOARES, 2021).

Seguindo a proposta explicitada, empreendemos o processo de leituras flutuantes e recorrentes do material, realizando os recortes das falas (os pré-indicadores), que expressam unidades que contém o todo. Seguimos na sistematização dos indicadores, que não é apenas um mero agrupamento de trechos de falas, mas se trata de um movimento de muitas idas e vindas no material, (re)organização e agrupamento dos pré-indicadores, a partir da similaridade, complementaridade ou contraposição. Após o movimento de formação de indicadores carregados de pré-indicadores, realizamos o processo de organização e constituição dos Núcleos de Significação.

### 3. Resultados e Discussão

No processo de análise crítica, aprendemos com Netto (2012), fundamentado na perspectiva marxiana, que o conhecimento do concreto não se oferece imediatamente ao pensamento. O movimento de elevar-se do abstrato ao concreto, da aparência à essência, exige do pesquisador o esforço para conhecer a rica totalidade de determinações e relações diversas que compõem o fenômeno estudado. Nesse intento, as categorias da PSH e do MHD nos orientam na tarefa da abstração ao máximo de determinações que engendram o fenômeno e nos ajudam a conduzir, dialeticamente, o processo de análise e interpretação dos dados.

Desse modo, em busca de ultrapassar a imediaticidade, a categoria dimensão subjetiva da realidade é central para as nossas discussões. Tendo como ponto de partida as significações dos sujeitos, essa categoria da PSH, permite ampliar e aprofundar a discussão sobre o fenômeno, situando-o na totalidade (BOCK; FURTADO, 2020). Partindo do exposto, apreendemos as condições da realidade objetiva e material a partir de interpretações dos sujeitos (natureza simbólica) que vivenciam o fenômeno, sem desconsiderar as suas múltiplas mediações constitutivas.

Feita essas considerações, apresentamos neste artigo parte das análises fomentadas pelo Núcleo de Significação, que nomeamos “Da invisibilidade à encruzilhada das opressões vividas no contexto universitário”.

De início, há uma questão central que gostaríamos de apontar– a condição dos universitários com deficiência ser invisibilizada na universidade. O recorte de falas a seguir evidenciam o exposto:

[...] Eu vivi uma situação dentro da sala de aula: Eu me sentei e o pessoal se sentou todos afastados, né. Não me deram boa noite. Eu dei boa noite, me apresentei... Isso me deixou muito magoada [...] eu pedi licença, fui pra o banheiro. Chorei, chorei, chorei, chorei, chorei. E depois eu voltei pra sala de aula, já quando a aula já tinha praticamente terminado. E eles passaram por mim que parecia que eu era uma pessoa invisível. Então isso me deixa muito mal às vezes. Isso já tentei até desistir do curso. (Frida).

Cada pessoa que passava parecia que saía correndo [...] E foi algo parecido com o que a Frida passou, né. Porque eu tentava informação de alguém, chamava e alguém que passava eu perguntava: “Por favor, uma informação?” e o pessoal saía correndo. Meu Deus! Como foi frustrante aquilo. (Paulo).

Essas e outras falas apresentam situações vivenciadas de indiferença, inferiorização, exclusão e negação de direitos no contexto acadêmico, no qual as

barreiras, principalmente aquelas gestadas pelas atitudes de colegas, professores, servidores e gestores da instituição, invisibilizam esses estudantes e suas necessidades, de forma particular. Destacamos os seguintes trechos: “Todos calam”. “Não chegam perto”. “Passam correndo”. “Ninguém conversa”.

Observamos também que os participantes vivenciam situações crônicas de uma educação superior historicamente excludente, que até mesmo a presença física deles é ignorada e/ou têm suas existências desumanizadas, evidenciando que o contexto acadêmico é um ambiente em que esse grupo é subalternizado.

A partir destas significações e outras deste indicador, podemos apontar múltiplas mediações sociais e históricas que não estão desvinculadas da totalidade social, logo, afetam e constituem a subjetividade e significações do grupo, como nos ensina Vigotski (2001).

Além disso, a partir das significações analisadas, podemos refletir que a universidade (re)produz o que está posto na sociedade, portanto, precisamos ultrapassar as aparências e questionar o que leva o ser humano a ignorar, excluir e incapacitar o outro? Para esta realidade podemos ponderar diferentes determinações, iniciaremos com a invisibilidade social que, de acordo com o que revelam os dados desta pesquisa, muito tem contribuído para a manutenção de um contexto acadêmico que alija os universitários com deficiência, numa lógica em que invisibilidade e exclusão recursivamente se perpetuam, conforme esclarecem Martins et al. (2016).

As falas dos participantes evidenciam um o contexto universitário que tem como pano de fundo uma educação focada em competências e esforço individual, como consequência os universitários com deficiência, além de precisar superar essa estrutura meritocrática e excludente, precisam lutar pelo básico da vida, que é ser tratado como “ser humano” e “ser visível”.

Por isso, convém pontuar, a invisibilidade da pessoa com deficiência como fenômeno social, pois se quisermos superá-la, precisamos reconhecer que ela existe (os dados desta pesquisa comprovam isso). Além do mais, seguindo os pressupostos teóricos assumidos neste trabalho, podemos considerar que o fenômeno da invisibilidade atravessa tanto as relações sociais como os aspectos psicológicos, por isso constitui um elemento fundamental para esta discussão.

Deste modo, é impossível falar de invisibilidade da pessoa com deficiência sem recorrer a historicidade, categoria fundamental no materialismo histórico e dialético, que nos permite olhar para a realidade e pensá-la em movimento a partir das representações da vida concreta, ou seja, da materialidade dos fatos. De acordo com Gonçalves (2020, p. 50), esta categoria refere-se ao “caráter processual da ação humana, com todos os elementos que a possibilitam e compõem”. Assim, lançando mão dessa categoria buscamos conhecer o movimento de constituição do fenômeno, suas contradições e múltiplas mediações.

Podemos desvelar algumas mediações que compõem o fenômeno estudado a partir dos seguintes recortes de falas:

[...] o sistema não está preparado pra receber a pessoa com deficiência. Isso é óbvio, acho que não tem o preparo institucional, acho que não tem o preparo de vivência. A gente tem todo um contexto histórico cultural que vem também de toda uma questão religiosa, de colocar a pessoa com deficiência como incapaz, e até pouco tempo a gente não colocava, como diz um memezinho “a cara no sol”. Então, graças à tecnologia, graças às mudanças que vêm ocorrendo aos poucos, a gente com deficiência tem se colocado no mundo. (Angela).

A discriminação não é somente na [universidade] não, é na sociedade em geral. Começa pela família, sempre existe, né. A gente precisa fazer um esforço, né, pra superar. (Rosa).

Ao analisar as falas anteriores, depreendemos que os estigmas que incapacitam, diminuem e invalidam pessoas com deficiência existem e tensionam o cotidiano das participantes ainda hoje. Dessa maneira, podemos inferir que, embora observemos alguns avanços nas perspectivas sobre deficiência e pessoas com deficiência venham ocupando diversos espaços na sociedade - o acesso à educação superior é um deles -, as concepções dos modos mais ultrapassados tensionam o tempo inteiro a luta histórica pela afirmação dos direitos da pessoa com deficiência, preconizado modelo social da deficiência, conforme aprendemos com Luiz (2020).

Num revisitar da história da pessoa com deficiência na Humanidade chama a nossa atenção as significações da participante Angela, que coloca: “A gente tem todo um contexto histórico cultural que vem também de toda uma questão religiosa, de colocar a pessoa com deficiência como incapaz, e até pouco tempo a gente não colocava, como diz um memezinho a cara no sol”.

Diante do exposto, podemos refletir que da pré-história à contemporaneidade, a existência do grupo de pessoas com deficiência é marcada pela eugenia, exclusão, segregação, institucionalização e luta pela sobrevivência. Na Grécia Antiga, por exemplo, corpos considerados “defeituosos” eram aniquilados. Na idade Média, este grupo social estava à margem, já que foi tido como corpos amaldiçoados à dignos da caridade a partir de explicações religiosas, ou de corpos desviantes que carecem de correções, segundo a concepção difundida no Modelo Médico (JANUZZI, 2004; DINIZ, 2007; LUIZ, 2020).

Com vistas na superação de visões abstratas e naturalizantes, Diniz, Barbosa e Santos (2009) nos ajudam a entender que o sistema capitalista, no qual estamos inseridos, que tem como valores centrais a produtividade, a funcionalidade e o lucro, “os corpos com impedimentos são considerados inúteis à lógica produtiva em uma estrutura econômica pouco sensível à diversidade” (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, p. 68, grifos nossos). Nessa ordem, numa pluralidade de desqualificações, pessoas com deficiência estiveram/estão excluídas do convívio social e dos ambientes educacionais, sendo cerceadas, muitas vezes, pelos próprios familiares diante do entendimento de incapacidade, de tutela e de superproteção. Como nos diz a participante Rosa: “a discriminação não é somente na [universidade] não. É na sociedade em geral. Começa pela família, sempre existe, né”.

Por isso, para entender a realidade da pessoa com deficiência é necessário situar que constituímos uma sociedade hegemônica e corponormativa. Para explicar isso, recorreremos a Anahí Mello (2021), pesquisadora, antropóloga e pessoa com deficiência, que reiteradamente tem pontuado em seus estudos que, dentro da lógica

capitalista, a pessoa com deficiência é “um corpo fora da ordem, por ser um corpo de ‘menor valor’ e ‘incapaz’ para o trabalho e por isso um obstáculo para a produção” (MELLO, 2021, s/p). A autora amplia a discussão apontando que as pessoas com deficiência são um grupo social bastante invisibilizado das lutas anticapitalistas e dos debates sobre o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Aprofundando o fosso, ao analisar os recentes acontecimentos, no âmbito educacional, cabe destacar que o governo de Bolsonaro manipulou ações que levaram ao sucateamento da educação e seus reais interesses de ampliar a mercantilização da educação pública, em curso no Brasil desde 1990, conforme ressaltam Farage, Costa e Silva (2021). A sucessão de cortes orçamentários em todos os níveis de ensino, sobretudo, na educação superior pública, impactou fortemente o seu funcionamento e produziu um verdadeiro desmonte.

A diminuição de dotação orçamentária voltada para ações de permanência do estudante em condição de vulnerabilidade, por exemplo, foi uma das consequências desses cortes que prejudicam a permanência, principalmente daqueles mais vulneráveis, como as pessoas com deficiência, que historicamente não tinham acesso a esse nível de ensino. Somado a isso, devemos considerar que, desde 2020, a pandemia da COVID-19 impactou a educação de forma drástica.

Para situar os leitores, no tocante às condições de acesso e participação de pessoas com deficiência nas aulas durante a pandemia, o estudo de Orlando, Alves e Meletti (2021) destacam variáveis que agravam a exclusão, como: a falta de condições materiais para acessar as aulas, falta de conhecimento dos professores para tornar seus conteúdos acessíveis e a falta de pessoas próximas com condição de tempo e conhecimento para auxiliar esses estudantes. Em consonância, para Silva e Fumes (2022), durante a pandemia, as opressões se alargaram e a invisibilidade dos universitários com deficiência se agudizou. Uma realidade cruel que ampliou as desvantagens, violentou e oprimiu esses estudantes.

Outro aspecto que chama a atenção é que a instituição, *locus* desta pesquisa, não apresenta os dados referentes ao quantitativo de estudantes com deficiência matriculados na instituição. Diante do exposto, podemos refletir sobre a invisibilidade dos dados referentes aos universitários com deficiência na educação superior, Cabral e Santos (2018) abordam que a maioria das universidades não dispõe de mapeamento sobre o ingresso e a permanência desses estudantes. Os autores citam a falta de instrumentos institucionais para identificá-los e/ou estudantes com deficiência preferem não declarar suas condições à instituição.

De fato, a invisibilidade das pessoas com deficiência é um fenômeno pouco discutido e/ou ocultado, uma vez que desconsideram a deficiência como um importante marcador na produção e perpetuação das desigualdades na sociedade moderna (MARTINS et al., 2016). É exatamente por isso que Ferreira (2004) defende que a invisibilidade desse grupo social deve ser combatida no sistema educacional brasileiro com a mesma intensidade com que lutamos pelos seus direitos.

Observemos agora, como a invisibilidade do universitário com deficiência se converte em experiências de exclusão no cotidiano acadêmico:



A professora colocou o filme legendado, todo em inglês, mas legendado, quer dizer só pra eles, eu não existia ali. Quando eu fui falar que ia sair, me desligaram até o microfone, não deixaram nem eu falar e eu saí da aula. Eu tô achando engraçado, mas é triste né minha gente. (Helen).

Tem um professor inclusive, que queria que eu ficasse em casa: “Você fica em casa e eu aprovo você”, eu disse - de jeito nenhum, eu não vou aceitar, sabe por quê? Porque no futuro, eu vou precisar da minha profissão. E o que o senhor... E os conteúdos que não vou pegar? Eu não quero. (Marighella).

[...] O Marighella falou ali que falar pra o professor adianta. Você fala e o professor vem com a cara cínica na próxima aula dizer que esqueceu de você. Então é bem complicado, e não é só uma vez não. Eu tô aí há mais de oito anos na UFAL e o professor já cansou de me ter como aluno e toda vez vem com a mesma história: “Ah! Esqueci de você” e assim vai. O que falta é as leis saírem do papel e começar a ir pra prática. (Ailton).

Nesse excerto fica evidenciado a invisibilidade materializada em práticas docentes que excluem e/ou silenciam o universitário com deficiência. No primeiro pré-indicador Helen relata uma situação durante a aula *online*, na qual a docente colocou um filme inglês e legendado desconsiderando a presença da estudante cega. Ao tentar anunciar que o recurso pedagógico utilizado não era acessível, a aluna é silenciada.

Na mesma direção, Marighella, um jovem cego, relata a situação vivenciada com um docente, que o orienta a ficar em casa, sem necessidade de frequentar as aulas e "incomodá-lo". Enquanto Ailton, ressalta que está há mais de oito anos na universidade e ainda assim lida com a invisibilização das suas necessidades.

É óbvio que a chegada do universitário com deficiência desafia as estruturas excludentes, elitistas e hegemônicas desse nível de ensino. Parece-nos que se tem a concepção que esses estudantes fiquem no lugar de sempre, excluídos e segregados. E aqueles que buscam desafiar o *status quo*, ou seja, os que tentam “incomodar” “o atual estado das coisas”, são rapidamente silenciados/excluídos. E por que não os ouvem e não atendem suas necessidades? Porque a invisibilidade da pessoa com deficiência estrutura a realidade e a exclusão é naturalizada.

A exemplo disso, docentes que elegem um padrão de aluno, determinam um único modo de aprender e não querem mudar suas metodologias cristalizadas. Ao nosso ver, essa percepção permanece naqueles que têm uma compreensão da deficiência mais próxima ao modelo médico, ou seja, discursos e práticas biologizantes partem de uma concepção com foco nas dificuldades, negando as possibilidades do educando (BÖCK, 2019). Isto chamamos de concepção capacitista, que está intimamente ligada à corponormatividade, ao considerar determinados corpos como inferiores, os situam em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais estabelecidos, oprimindo e excluindo aqueles que não se enquadram (MELLO, 2016).

Pondera-se, a partir desta discussão, que os universitários significam que o seu processo educacional na universidade em tela é marcado pela sua invisibilização, uma vez que existem docentes, pares e serviços institucionais que não reconhecem sequer a presença e as necessidades concretas deste grupo. Isto tem consequências diretas na sua permanência na educação superior. Nessa lógica, muitos se eximem do compromisso com os direitos do universitário com deficiência. Também fica evidenciado que nas relações interpessoais no ambiente acadêmico, os universitários

com deficiência vivenciam a rejeição e seus corpos são tidos como incapazes e/ou inexistentes.

#### 4. Considerações Finais

Neste artigo, apreendemos que o processo educacional do universitário com deficiência na educação superior, assim como é na sociedade em geral, é marcado por situações de desprezo, solidão e negligências. Na realidade particular analisada, inferimos que o cruzamento de diferentes opressões tem como elo centralizador o estigma social de que pessoas com deficiência são inferiores, incapazes e coloca em xeque, inclusive, a humanidade deste grupo.

Ao longo do que foi discutido, podemos dizer que a invisibilidade da pessoa com deficiência é estrutural porque a humanidade sempre foi capacitista com os corpos diversos, que baseada em “achismos” atribuiu-se às pessoas com deficiência a incapacidade e inutilidade social, tirando o direito de pessoas existirem pelo simples fato de ser que elas são, enquanto aquelas que resistem e conseguem romper com o ciclo de invisibilidade precisam ultrapassar muitas barreiras. Nesta senda, em que determinações múltiplas e históricas constituem universitários com deficiência, são mantidas estruturas que invisibilizam as suas condições, inclusive na educação superior, objeto de nossas reflexões.

Por isso, não podemos esquecer que essa lógica excludente se impõe desde o início da humanidade, tensiona a realidade atual e imprime diferentes marcas na subjetividade deste grupo, implicando no modo como os sujeitos sentem, interpretam e significam as próprias experiências sociais vividas.

Por fim, indagamos: educação superior para quem? Refletindo sobre esta pergunta, podemos afirmar que para todos que desejam alcançar o diploma de nível superior, sendo respeitada a singularidade e diversidade corporal humana, em que o direito à inclusão, não garanta apenas acesso, mas que todos, independentes da sua condição, sejam vistos e respeitados como humanos. Em outras palavras, a educação superior não deve ser para uma população restrita, privilegiada, tampouco homogênea.

#### Referências

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Rev. Psicologia ciência e profissão**, p. 222-245, v. 26, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>>. Acesso em: 10 de dez. 2021.

AGUIAR, W. M. J.; ARANHA, E. M. G.; SOARES, J. R. Núcleos de significação: análise dialética das significações produzidas em grupo. **Cadernos de Pesquisa, São Paulo**, v. 51, e07305, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/ymVxKVh33rjkXHMxd45HjBG/>>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

BECHE, R. C. E.; MENDES, G. M. L. NAE: Espaço de Tensão entre as Concepções de Deficiência. **Revista Educação, Artes e Inclusão**. v. 17, número único, 2021. Disponível em: <<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/issue/view/823>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

BÖCK, G. L. K. **O desenho universal de aprendizagem e as contribuições na educação a distância**. 391 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. Dimensão subjetiva: uma categoria potente em vários campos da psicologia. In: BOCK, A M.B.; GONÇALVES, M. G. M.; ROSA, E. Z. (Orgs.). **Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez Editora, 2020.

CABRAL, L. S. A.; SANTOS, B. C. Instrumentos informatizados institucionais para a identificação de necessidades educacionais de estudantes universitários. **Inclusão Social**, v. 11, n. 1, 2 mar. 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4084>>. Acesso em 20 set 2022.

CAIADO, K. R. M. Prefácio. In: GARCIA, R. M. C. (Org.). **Políticas de educação especial no Brasil no início do século XXI**. - Florianópolis: UFSC/CEF/NUP, 2017.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64-77, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>>. Acesso em 22 set 2022.

FARAGE, E. J.; COSTA, A. J. S.; SILVA, L. B. A educação superior em tempos de pandemia: a agudização do projeto do capital através do ensino remoto emergencial. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 1, p. 226–257, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43757>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FERREIRA, W. B. Invisibilidade, crenças e rótulos... Reflexão sobre a profecia do fracasso educacional na vida de jovens com deficiência. IV Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down. Família, a gente da inclusão. 09-11 de Setembro, Bahia, 2004. **Anais**. pp. 21-26. Disponível em: <[https://www.academia.edu/49042371/Invisibilidade\\_cren%C3%A7as\\_e\\_r%C3%B3tulos\\_reflex%C3%A3o\\_sobre\\_a\\_profecia\\_do\\_fracasso\\_educacional\\_na\\_vida\\_de\\_jovens\\_com\\_defici%C3%Aancia](https://www.academia.edu/49042371/Invisibilidade_cren%C3%A7as_e_r%C3%B3tulos_reflex%C3%A3o_sobre_a_profecia_do_fracasso_educacional_na_vida_de_jovens_com_defici%C3%Aancia)>. Acesso em: 17 mar. 2022.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BOCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.) **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba, Ed. CRV, 2020.

GONÇALVES, M. G. M. Dimensão subjetiva da realidade: desafios na compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos. In: BOCK, A M.B.; GONÇALVES, M. G. M.; ROSA, E. Z. (Orgs.). **Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez Editora, 2020.

IBIAPINA, I. M. L. de M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

JANNUZZI, G. S. de M, Algumas concepções de educação do deficiente. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004. Disponível em <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/235>>. Acesso em 23 de out. 2022.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUIZ, K. G. A deficiência pela perspectiva dos direitos humanos. **Guia Mulheres com deficiência: garantia de direitos para exercício da cidadania**. Brasil: Coletivo Feminista Helen Keller, 2020.

LUIZ, K. G.; SILVEIRA, T. B. H. Pessoas com deficiência e interdependência: uma perspectiva da ética do cuidado para a promoção de justiça social. In: GESSER, M.; BOCK, G. L. K; LOPES, P. H. (Org.) **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba, Ed. CRV, 2020.

MARTINS, B. S. et al. Deficiência, conhecimento e transformação social. In: MARTINS, B. S.; FONTES, F. (Org.). **Deficiência e emancipação social**. Para uma crise da normalidade. Edições Almedina, Biblioteca Nacional de Portugal, Coimbra, 2016.

MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro**. v. 21, n. 10, p.3265-3276, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 15 de mar. 2022.

MELLO, A. G. Corpos (in)capazes: a crítica marxista da deficiência. **Jacobin Brasil**, n. especial, p. 98-102, 2021. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/02/corpos-incapazes/>>. Acesso em 15 de mar. 2022.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORLANDO, R. M.; ALVES, S. P. F.; MELETTI, S. M. F. Pessoas com deficiência em tempos de pandemia da COVID-19: algumas reflexões. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. e31/1–19, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/64354>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-13.

SILVA, M. Q.; FUMES, N. F. L. Significações de universitários com deficiência visual sobre os serviços de apoio à inclusão na educação superior durante a pandemia.

**Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, e418111436540, 2022. Acesso: 05 fev. 2023. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36540>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.